

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia, uma das empresas mais rentáveis do mercado segurador, apresentou no último exercício uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 34,9%, encerrando o exercício com o lucro líquido de R\$ 848,1 milhões. A Companhia registrou prêmios ganhos de R\$ 3.161,5 milhões no exercício de 2022, já seu resultado financeiro foi de R\$ 107,6 milhões.

Os ativos financeiros alcançaram o patamar de R\$ 4.080,9 milhões e as provisões técnicas fecharam o exercício de 2022 em R\$ 2.316,0 milhões, o que representa acréscimos de 18,2% e 0,8%, respectivamente, em relação aos saldos do ano de 2021.

O saldo do patrimônio líquido da Companhia ao final do exercício de 2022 foi de R\$ 2.521,4 milhões, superior ao valor de R\$ 2.342,2 milhões alcançado em 2021, o que representa um incremento de 7,7% no período comparativo.

Priorizando a continuidade de negócios, a Companhia continua administrando as apólices que foram assinadas antes da mudança societária. E o principal ramo nessa modalidade é o Seguro Habitacional, no qual a Companhia é líder absoluta, com quase 60% de participação de mercado.

Distribuição de Dividendos

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social. Foi registrado e distribuído em outubro de 2022, a título de dividendos intercalares, o valor de R\$ 341.399, que representa 42% do lucro líquido ajustado.

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021		NOTA	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		3.287.713	2.328.835	CIRCULANTE		2.169.852	2.452.831
Disponível		16.689	9.648	Contas a pagar		621.259	819.103
Caixa e bancos		6.806	2.451	Obrigações a pagar	15.1	72.267	254.163
Equivalente de caixa		9.883	7.197	Impostos e encargos sociais a recolher		53.509	69.102
Aplicações	5	2.029.142	1.062.619	Encargos trabalhistas		15.765	16.718
Créditos das operações com seguros e resseguros		790.235	775.090	Impostos e contribuições	15.2	348.128	316.236
Prêmios a receber	6.1	780.949	757.469	Outras contas a pagar	15.3	131.590	162.864
Operações com seguradoras		1.408	11.171	Débitos de operações com seguros e resseguros	19	573.921	552.337
Operações com resseguradoras		7	7.878	Prêmios a restituir	19.1	414.170	412.222
Outros créditos operacionais	6.2	21.268	24.023	Operações com seguradoras		3.179	10.612
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	23.258	26.724	Operações com resseguradoras	19.2	48.526	67.517
Títulos e créditos a receber	9	343.146	343.744	Corretores de seguros e resseguros		6.764	10.770
Títulos e créditos a receber	9.1	291.512	271.951	Outros débitos operacionais	19.3	101.282	51.216
Créditos tributários e previdenciários	9.2	1.846	3.986	Depósitos de terceiros	17	109.846	166.680
Outros créditos	9.3	49.788	67.807	Provisões técnicas - seguros	10.3	844.102	895.895
Outros valores e bens	8	23.884	18.161	Danos		393.109	435.948
Bens à venda		18.568	14.869	Pessoas		449.599	458.052
Outros valores		5.316	3.292	Vida individual		1.394	1.895
Despesas antecipadas		10.533	12.418	Outros débitos		20.724	18.816
Custos de aquisições diferidos	10	29.558	56.408	Débitos diversos	16	20.724	18.816
Seguros		29.558	56.408	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.536.363	4.556.674
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.939.939	7.024.829	Contas a pagar	15	207	4
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.793.512	6.866.530	Tributos diferidos		207	4
Aplicações	5	2.051.799	3.007.213	Provisões técnicas - seguros	10.3	1.471.867	1.401.838
Créditos das operações com seguros e resseguros		152.665	188.624	Danos		830.302	1.102.996
Prêmios a receber	6.1	152.665	188.624	Pessoas		640.630	298.567
Outros créditos operacionais	6.2	216.408	144.722	Vida individual		935	275
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	35.012	41.198	Outros débitos		2.967.823	3.059.491
Títulos e créditos a receber	9	3.207.952	3.341.305	Provisões judiciais	18	2.967.823	3.059.491
Créditos tributários e previdenciários	9.2	922.777	987.010	Débitos diversos	16	96.466	97.341
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.446.942	1.435.471	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.521.437	2.342.159
Outros créditos	6.2	838.233	918.824	Capital social	20.1	1.081.350	1.081.350
Outros valores e bens	8	109.418	112.896	Reservas de lucros	20.2	1.514.489	1.386.315
Custos de aquisição diferidos	10	20.258	32.572	Ajuste de avaliação patrimonial		(74.402)	(125.506)
Seguros		20.258	32.572				
Investimentos		224	221				
Outs Investimentos		224	221				
Imobilizado	11	16.544	18.803				
Bens móveis		10.631	13.675				
Outras imobilizações		5.913	5.128				
Intangível	12	129.659	137.275				
Outros intangíveis		129.659	137.275				
TOTAL DO ATIVO		9.227.652	9.353.664	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.227.652	9.353.664

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Discriminação		1.081.350	1.466.003	91.080	—	2.638.433
Saldos em 31 de dezembro de 2020		—	(695.990)	—	—	(695.990)
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021		—	—	(216.586)	—	(216.586)
Títulos e valores mobiliários		—	—	—	827.151	827.151
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal		—	41.358	—	(41.358)	—
Reserva de lucros		—	574.944	—	(574.944)	—
Dividendos (R\$ 24,91 por ação)		—	—	(210.849)	(210.849)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.081.350	1.386.315	(125.506)	—	2.342.159
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2022		—	(378.496)	—	—	(378.496)
Dividendos intermediários antecipados: AGE de 26.10.2022		—	—	(341.399)	(341.399)	—
Títulos e valores mobiliários		—	—	51.104	—	51.104
Lucro líquido do exercício		—	—	—	848.069	848.069
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal		—	42.403	—	(42.403)	—
Reserva de lucros		—	464.267	—	(464.267)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.081.350	1.514.489	(74.402)	—	2.521.437

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como “Companhia”, tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. Anteriormente, havia em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA (“CAIXA”) na distribuição de produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional na rede de distribuição da caixa (“Balcão CAIXA”).

Em fevereiro de 2021 a Companhia cessou as vendas dos produtos do ramo habitacional e residencial, de acordo com a reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. Ainda assim, a Companhia auferirá receita até o fim da vigência do estoque dos contratos já firmados, e estuda novas parcerias para distribuição dos seus produtos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias “valor justo por meio do resultado” ou “mantidos até o vencimento”. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda.

b. Empréstimos e recebíveis

Os recebíveis compreendem os valores registrados nas rubricas “Crédito das operações com seguros e resseguros”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos operacionais (créditos SFH)” que são mensurados pelo custo amortizado e decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) a cada data de balanço.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

- Títulos públicos: com base no “preço unitário de mercado” informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Ações: com base nas negociações de preço médio divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

c. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

d. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

2.5.1. Impairment de ativos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emiteinte ou tomador;
- Ativa quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros é constituída quando o período de inadimplência superar 60 dias da data de vencimento e leva em consideração o valor total dos créditos do devedor, inclusive outros valores a vencer do mesmo devedor, conforme Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021;

- Para os valores a recuperar de resseguro é constituído uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 180 dias.
- Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.1.2.

2.5.2. Operações de seguros e resseguros

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) diretos, conforme determina a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021;

- Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

a. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.5.2. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Ativos e Passivos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Outros valores e bens

2.7.1. Bens à venda - Salvados

Salvados à venda refere-se ao estoque de bens salvados constituídos através de recuperações oriundas das indenizações integrais aos segurados.

Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. Registra-se esse ativo no grupo de “Outros valores e bens” conforme Circular SUSEP nº 648/2021.

Para a redução ao valor recuperável de salvados à venda, a companhia avalia o histórico de recebimento dos saldos dos ramos de automóvel que ficaram pendentes por mais de 6 meses e que posteriormente foram recebidos. Os percentuais calculados são aplicados no saldo atual, sendo que para a faixa de 0 a 6 meses não há aplicação de redutor, para faixa de 6 a 12 meses são aplicados os percentuais encontrados no histórico e para os casos superiores a 12 meses todo o valor é considerado na provisão.

2.8. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática de 5 a 10%, e veículos - 5% a.a. O intangível é composto de licenças de *softwares*, sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 5% a.a..

2.9. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os valores atualizados de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por tipologia, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 24 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 20 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 20 trimestres para o Automóvel, observações de 16 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 32 trimestres para Habitacional (Fora do SFH).

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP), nos termos do CPC 11 e Circular SUSEP nº 648/2021.

2.9.1. Tábuas

No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
			Corretagem: de 0,01% a 1,0%
			Estipulante: de 0,01% a 30%
			Probabore: de 15% a 30%
14	SEGURO LAR+		Despesas Administrativas: de 15% a 36%
			Corretagem: de 0,00% a 40,00%
18	MULTIRISCO LOTERICO		Despesas Administrativas e
			Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
			Corretagem: de 0,00% a 40,00%
51	MULTIRISCO LOTERICO		Despesas Administrativas e
			Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
			Corretagem: de 0,10% a 30,00%
20	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%
			Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00%
			Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%
			Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00%
			Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%
			Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00%
			Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2013 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 14,50%
			Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00%
			Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
65	SBPE 2013 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 14,50%
			Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00%
			Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
71	RD-EQUIPARREND.E CEDIDOS A TERCEIROS		Corretagem: de 0,10% a 30,00%
			Corretagem: de 0,01% a 1,0%
			Estipulante: de 0,01% a 30%
			Probabore: de 15% a 30%
14	RESIDENCIAL APORTE CAIXA		Despesas Administrativas: de 15% a 36%
			Corretagem: de 0,10% a 30,00%
71	RD-EQUIPARREND.E CEDIDOS A TERCEIROS		Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00%
			Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00%

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Agradecemos também o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da CNSEG, dos corretores e, em especial, agradecemos os nossos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023

A Administração

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Exercício findo	
	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Prêmios emitido		3.035.469	3.333.042
Variações das provisões técnicas de prêmios		126.004	116.098
Prêmios ganhos	26	3.161.473	3.449.140
Sinistros ocorridos	23.a	(1.097.685)	(1.329.213)
Custos de aquisição	23.b	(291.728)	(350.327)
Outras receitas e despesas operacionais	23.c	(70.893)	(76.491)
Resultado com resseguro		(81.753)	(55.230)
Receita com resseguro		5.381	11.228
Despesa com resseguro		(87.140)	(66.745)
Outros resultados com resseguro		6	287
Despesas administrativas	23.d	(301.702)	(231.793)
Despesas com tributos	23.e	(111.785)	(111.085)
	23.f	107	
Resultado financeiro		633	133.115
Resultado patrimonial		—	(897)
Resultado operacional		1.313.560	1.427.219
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	23.h	126.643	(50.266)
Resultado antes dos impostos e participações		1.440.203	1.376.953
Imposto de renda	24	(344.510)	(304.072)
Contribuição social	24	(213.857)	(215.893)
Participações sobre o resultado		(33.767)	(29.847)
Lucro líquido do exercício		848.069	827.151
Quantidade de ações		8.465.054	8.465.054
Lucro líquido por ação em R\$		100,18	97,71
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras			

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. **Apureção do resultado**

Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices ou do recebimento para os produtos de risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 648/2021, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura.

A referida Circular alterou a prática contábil reconhecendo como receita os prêmios pagos antes da emissão, anteriormente registrados em conta de compensação.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. **Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período. Com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, à qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a Companhia aplicou essa alíquota.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.446, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2022 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14. **Arrendamentos**

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICP/C 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.15. **Normas e interpretações ainda não adotadas**

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

CIRCULAR SUSEP nº 678 - A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos, e concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 17 - Contratos de Seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

A companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

2.16. **Comparabilidade**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reclassificou, os valores de R\$ 222.953 relativo a valores a receber do SFH, apresentados anteriormente no Ativo Não Circulante para o Ativo Circulante para melhor refletir a expectativa de realização desses créditos a receber, sendo que, a mudança não impactou nenhum índice regulatório.

3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.10.1 - Classificação dos contratos de seguro;

Notas 2.9, 2.10.3 e 10.3 - Provisões técnicas, Teste de adequação dos passivos;

Nota 5 - Aplicações; e

Nota 6.2.1 e 16 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

4. **Gerenciamento de riscos**

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;

- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todas os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;

- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. **Riscos de seguro**

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio. O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no ano:

a. **Bruto de resseguro**

	31/12/2022				
Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Vida individual	1.301	655	201	4.329	1.181
Habitacional fora do SFH	284.102	445.210	95.854	1.219.044	481.971
Riscos de engenharia	816	1.152	355	1.951	1.034
Acidentes pessoais	102	55	21	375	102
Automóvel	71.787	34.907	8.189	175.665	59.757
Compreensivo residencial	17.157	22.482	5.872	98.541	44.821
Compreensivo empresarial	16.462	11.166	3.008	23.064	13.783
Demais ramos	8.549	1.327	462	3.102	1.561
Total	400.276	516.954	113.962	1.526.071	604.210

	31/12/2022				
Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Vida individual	1.343	716	191	4.536	1.181
Habitacional fora do SFH	299.116	462.596	100.163	1.288.066	511.726
Riscos de engenharia	660	3.761	1.055	4.873	2.064
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92
Automóvel	43.987	38.544	7.800	125.564	43.838
Compreensivo residencial	25.766	47.878	12.541	159.961	80.369
Compreensivo empresarial	13.183	25.426	8.101	39.370	18.736
Demais ramos	15.273	9.984	2.046	32.484	15.646
Total	399.415	588.955	131.919	1.655.189	673.662

	31/12/2022				
Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Vida individual	1.297	653	200	4.314	1.177
Habitacional fora do SFH	282.520	442.731	95.321	1.212.257	479.287
Riscos de engenharia	566	799	246	1.355	717
Acidentes pessoais	96	52	20	353	96
Automóvel	71.677	34.854	8.176	175.396	59.665
Compreensivo residencial	16.646	21.813	5.697	95.607	43.486
Compreensivo empresarial	13.147	8.917	2.402	18.420	11.007
Demais ramos	34.813	5.404	1.880	12.632	6.355
Total	420.762	515.223	113.942	1.520.331	601.790

	31/12/2022				
Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Vida individual	1.332	711	194	4.500	1.182
Habitacional fora do SFH	297.390	459.925	99.585	1.280.630	508.771
Riscos de engenharia	603	3.439	964	4.456	1.887
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92
Automóvel	43.877	38.448	7.781	125.250	43.728
Compreensivo residencial	25.025	46.501	12.181	155.362	78.058
Compreensivo empresarial	12.619	24.337	7.754	37.684	17.933
Demais ramos	13.955	9.123	1.870	29.683	14.297
Total	394.888	582.534	130.347	1.637.900	665.948

4.1.1. **Controle do risco de seguro**

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A CNP Seguros conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabeleceu as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.1.3. **Estratégia de resseguro**

A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos não-proporcionais que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras. Os contratos são segregados usualmente em Vida e Não-Vida, exceção feita ao contrato *umbrella*, que provê cobertura para eventos de grande porte também para riscos combinados das duas naturezas. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro do grupo.

Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório é às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do grupo, focada em resguardar a seguradora quanto ao risco financeiro e de imagem. Como prática de subscrição, a empresa não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de Seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO	CARTEIRA	RESSEGURADORES	PARTICIPAÇÃO	RATING(1)	CONDIÇÃO
Patrimonial por risco	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia e Habitacional/DFI	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
		Liberty Syndicate Lloyd's 4472	10,0%	A	Eventual
Catástrofe de riscos patrimoniais	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia, Habitacional/DFI e Automóvel	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
		Liberty Syndicate Lloyd's 4472	10,0%	A	Eventual
Catástrofe umbrela (vida e não-vida)	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia, Habitacional/DFI, Automóvel, Habitacional/MIP e Vida Individual	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	20,0%	A-	Local

Catástrofe de vida (riscos de pessoas)	Habitacional/MIP e Vida Individual	Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	60,0%	A	Local
		Hannover Rückversicherung AG	25,0%	A+	Admitido
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	50,0%	A-	Local
Facultativo Empresarial CEF (2)	MR Empresarial (Patrimônio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)	Swiss Re do Brasil Resseguros S/A	20,0%	A+	Local
		Chubb Resseguradora do Brasil S/A	19,5%	A	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	10,0%	A	Local

(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou resseguradores locais de origem estrangeira).

(2) Cobertura total de resseguro de 99,5% (cessão em quota-parte).

4.1.4. **Gerenciamento de ativos e passivos**

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As reservas de acumulação de clientes, por serem resgatáveis imediatamente, estão sendo apresentadas no passivo circulante, enquanto que alguns ativos, que podem ser usados para cobrir essas reservas, estão sendo apresentados no ativo não circulante, em função do seu vencimento, entretanto, também resgatáveis imediatamente, assim sendo, a Administração entende que não existe um problema de capital circulante líquido para o Grupo.

4.1.5. **Teste de sensibilidade**

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

Sensibilidade	31/12/2022		31/12/2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1% (i)	-0.81%	-0.81%	-1.52%	-1.52%
Taxa -1% (i)	0.84%	0.84%	1.56%	1.56%
Mortalidade/Sinistralidade +5% (ii)	3.81%	3.83%	4.83%	4.87%
Mortalidade/Sinistralidade -5% (ii)	-3.81%	-3.83%	-4.83%	-4.87%
Inflação +1% (iii)	-0.32%	-0.32%	0.00%	0.00%
Inflação -1% (iii)	0.33%	0.33%	0.00%	0.00%

i) A Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e *convexidade*, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;

ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

Impacto (%) = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos – Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações – 1;

iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apareamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

4.2. **Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são:

i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros - (Os *ratings* não são auditados).

								31/12/2022	
Composição dos ativos	AA	A+	A	A-	B++	BB-	BB-	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	120.495	120.495	232.096	352.591
Fundos	-	-	-	-	-	-	-	231.987	231.987
Letras financeira do tesouro	-	-	-	-	-	1.093	1.093	-	1.093
Operações compromissadas (i)	-	-	-	-	-	119.402	119.402	-	119.402
Outros	-	-	-	-	-	-	-	109	109
Disponível para venda	-	-	-	-	-	3.728.350	3.728.350	-	3.728.350
Letras financeira do tesouro	-	-	-	-	-	1.505.255	1.505.255	-	1.505.255
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	2.223.095	2.223.095	-	2.223.095
Créditos com operações de seguros	-	-	-	-	-	-	-	942.900	942.900
Ativos de resseguros	-	-	-	-	-	-	-	3.595	58.270
Créditos junto ao FCV5(ii)	2.735	25.362	4.408	22.160	10	-	-	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	2.735	25.362	4.408	22.160	10	5.043.912	5.043.912	1.178.591	6.277.177

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→* continuação

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	22.023	–
Juros Pré	6.676	(25.843)
Cupom de IPCA	5.320	(17.036)
LFT	–	(96)
Total	34.019	(42.975)

5.5. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2022	31/12/2021
Letras do tesouro nacional	Pré 5,51% a 14,70%	Pré 5,51% a 8,49%
Notas do tesouro nacional	IPCA 5,79% a 7,90% Pré 4,89% a 7,44%	Pré 4,89% a 7,44%

6. Créditos das operações

6.1. Prêmios a receber de segurados

6.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

	31/12/2022		31/12/2021	
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito
Vida individual	821	(46)	775	(12)
Habitacional fora do SFH	379.159	(387)	378.772	(880)
Automóvel	466.064	(4.331)	461.733	(2.973)
Compreensivo residencial	43.199	(5.479)	37.720	(8.434)
Compreensivo empresarial	55.650	(2.623)	53.027	(1.274)
Demais ramos	1.886	(299)	1.587	(1.246)
Total	946.779	(13.165)	933.614	(14.819)

6.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	946.093	910.258
Prêmios emitidos	3.620.749	3.991.418
IOF	910	2.301
Adicional de fracionamento	3	54
Prêmios cancelados	(387.416)	(445.820)
Recebimentos	(3.230.041)	(3.518.228)
Prêmios de RVNE	(19.451)	8.202
Outras constituições/reversões	1.114	(650)
Saldo	931.961	947.535
Constituição/(reversão) de provisão para perda	1.653	(1.442)
Saldo total	933.614	946.093

6.1.3. Faixas de vencimento

	31/12/2022		31/12/2021	
Prêmios a vencer	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito
De 1 a 60 dias	302.339	(1.203)	301.137	(2.488)
De 61 a 120 dias	69.247	(780)	68.467	(626)
De 121 a 180 dias	64.327	(763)	63.564	(590)
De 181 a 365 dias	159.838	(1.980)	157.857	(1.581)
Acima de 365 dias	155.047	(2.382)	152.665	(2.650)
Prêmios Vencidos				
De 1 a 60 dias	190.712	(788)	189.924	(496)
De 61 a 120 dias	452	(452)	–	(434)
De 121 a 180 dias	338	(338)	–	(362)
De 181 a 365 dias	873	(873)	–	(1.171)
Acima de 365 dias	3.606	(3.606)	–	(4.421)
Total	946.779	(13.165)	933.614	(14.819)

Atualmente a Companhia opera com prêmio parcelado nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 era de 8 meses.

6.2. Outros créditos operacionais

6.2.1. Apresentamos a seguir informações referentes a outros créditos operacionais:

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber do FCVS (i)	21.268	24.023
Títulos e créditos a receber - FCVS - nota 9.1	119.158	126.706
Total curto prazo	140.426	150.729
Créditos a receber do FCVS (i)	216.408	144.722
Títulos e créditos a receber - FCVS (iii)	988.259	1.050.643
Redução ao valor recuperáveis (ii)	(150.026)	(131.819)
Total longo prazo	1.054.641	1.063.546
Total do FCVS	1.195.067	1.214.276

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCCFVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como:

(i) ausência de comprovação de vínculo; (ii) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

(iii) Composto o saldo total a receber do FCVS considera-se também o valor R\$ 119.158 demonstrado na nota 9.1.

6.2.2. Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.214.276	1.168.957
Adições - Pagamentos realizados	133.629	88.645
Baixas - Por recebimentos	(134.630)	(31.905)
Recuperação ao valor recuperável	(18.208)	(11.421)
Saldo final	1.195.067	1.214.276

7. Operações de resseguradora

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros pagos a recuperar	29.378	19.537
Provisão para risco de crédito	(21.500)	(13.087)
Operações com resseguradoras	7.878	6.450
Provisão de sinistros a liquidar	44.819	47.677
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	1.728	4.638
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	8.499	10.188
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	–	729
Provisão de despesas relacionadas	3.224	4.690
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	58.270	67.922
Total	66.148	74.372

8. Outros valores e bens

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

8.1. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Bens a venda-salvados (8.2)	18.588	14.869
Direito a salvados - estimado (8.4)	4.589	1.813
Bens de direitos de uso (8.5)	108.366	111.907
Outros	1.779	2.468
Total	133.302	131.057

8.2. Movimentação de bens a venda - salvados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	14.869	15.476
Aviso de salvados	70.267	39.077
Reavaliação de salvados	(6.345)	8.207
Reabertura de salvados	(1.683)	(1.346)
Cancelamento de salvados	173	203
Recebimentos	(48.754)	(46.748)
Saldo	28.527	14.869
Redução ao valor recuperável	(9.959)	–
Saldo final	18.568	14.869

8.3. Faixas de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Salvados	11.079	2.417
De 1 a 60 dias	4.851	3.419
De 61 a 120 dias	1.748	2.174
De 121 a 180 dias	4.149	2.013
De 181 a 365 dias	6.700	4.846
Acima de 365 dias	–	–
Total	28.527	14.869
Redução ao valor recuperável	(9.959)	–
Total	18.568	14.869

8.4. Direitos e salvados estimados

	31/12/2022		31/12/2021	
Salvados	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
No mês do pagamento	3.710	80,84%	1.328	73,24%
1 mês após o pagamento	371	8,09%	298	16,43%
2 meses após o pagamento	172	3,74%	68	3,75%
3 meses após o pagamento	159	3,47%	29	1,59%
4 meses após o pagamento	86	1,87%	19	1,06%
5 meses após o pagamento	49	1,06%	18	1,00%
6 meses após o pagamento	11	0,23%	12	0,65%
7 meses após o pagamento	13	0,28%	9	0,52%
8 meses após o pagamento	8	0,17%	4	0,27%
9 meses após o pagamento	6	0,14%	6	0,31%
10 meses após o pagamento	4	0,09%	4	0,21%
11 meses após o pagamento	1	0,01%	5	0,28%
De 12º ao 17º mês	–	0,00%	10	0,58%
De 18º ao 23º mês	–	0,00%	2	0,12%
Total	4.589	100,00%	1.813	100,00%
Circulante	4.589	0,00%	1.813	0,00%

Atualmente a expectativa está baseada no primeiro ano.

8.5. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.14), descontado a valor presente:

	Movimentações		Composição do saldo	
Direito de uso	Saldo em 31/12/2021	Novos contratos	Ativo de direito de uso	Depreciação acumulada
Imóveis	105.828	19.028	141.738	(36.190)
Máquinas e Equipamentos	6.079	1.742	12.783	(9.965)
Total	111.907	20.770	154.521	(46.155)

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2022 uma taxa de 16,12% a.a. e 16,37% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

9. Títulos e créditos a receber

9.1. Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber são representados conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
FCVS (i)	119.158	126.706
Ressarcimentos de custos a receber	126.656	82.727
Ressarcimentos - estimados	163	39
Redução ao valor recuperável	(28.989)	(26.450)
Comissão a recuperar	14.196	3.908
Ressarcimentos - Outros	48.243	68.816
Pagamentos pendentes de baixa (ii)	11.939	16.205
Outros títulos e créditos a receber	146	–
Total	291.512	271.951

(i) Fundo de equalização de sinistralidade das apólices de seguro habitacional, demonstrado na nota 6.2;

(ii) O saldo está substancialmente concentrado no fluxo de retornos bancários, referentes aos pagamentos de sinistros pendentes baixa.

9.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo fiscal diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários e passivo fiscal diferido, podem ser resumidas como segue:

9.2.1. Composição

31/12/2022					
Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo
656	3.175	183	9.104	1.007	6.636
–	320.430	–	533.830	–	854.260
–	18.601	–	31.001	–	(207)
Total	656	342.206	573.935	1.007	6.429

31/12/2021					
Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo
748	2.816	1.771	6.501	1.467	7.370
–	332.583	–	554.070	–	886.653
–	31.376	–	52.294	–	(4)
Total	748	366.775	612.865	1.467	7.366

9.2.2. Expectativa da efetiva realização

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total
	Valor	%	Valor	%	
2023	128.668	15%	705	2%	129.373
2024	44.899	5%	3.672	7%	48.571
2025	472.413	55%	45.144	91%	517.557
2026	26.417	3%	–	0%	26.417
2027	27.347	3%	–	0%	27.347
A partir 2028	154.516	19%	81	0%	154.597
Total	854.260	100%	49.602	100%	903.862

9.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	363.959	606.364	970.323
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias	–	–	–
Contingências tributárias	9.835	16.391	26.226
Contingências civis	(2.397)	(3.994)	(6.391)
Contingências trabalhistas	250.050	22.181	272.231
Provisão para risco de crédito	(17.489)	(29.134)	(46.623)
Provisão para participações nos lucros	120	200	320
Operações de arrendamento - CPC 06	594	990	1.584
Outras provisões	(3.050)	(5.084)	(8.134)
Tributos diferidos - TVM	(12.776)	(21.293)	(34.069)
Saldo Atual dos Créditos Tributários	339.031	564.831	903.862
Efeito no resultado das constituições e realizações	12.152	20.240	32.392

9.3. Outros créditos

Os valores de outros créditos registrados no ativo circulante são representados substancialmente por saldos transferidos para uma conta judicial até o limite do valor executado, sendo que os valores transferidos ficarão à disposição do juiz até que sobrevenha nova decisão judicial sobre a destinação final do valor. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 46.795 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 64.828).

10. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

10.1. Abertura por ramo

						31/12/2022
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Habitacional prestamista	–	446.326	313.013	33.478	792.817	–
Habitacional demais coberturas	–	330.571	28.585	33.653	392.809	–
Habitacional fora do SFH	–	250.050	22.181	24.746	296.977	–
Crédito doméstico risco comercial	–	644	4.151	64	4.859	–
Automóvel	363.905	35.385	2.617	2.039	403.946	4.638
Responsabilidade civil - veículos	63.422	15.400	570	1.191	80.583	996
Compreensivo residencial	129.523	4.380	1.723	1.084	136.710	27.096
Compreensivo empresarial	72.606	21.232	2.468	908	97.214	14.116
Riscos de engenharia	2.482	7.979	118	587	11.166	393
Demais ramos	15.649	71.082	5.372	6.785	98.888	2.577
Total	647.587	1.183.049	380.798	104.535	2.315.969	49.816

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

b. Sinistros judiciais (I)												
Data de Aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	
0 ano do aviso	2.485	645	364	1.172	804	738	3.073	1.030	63.869	—	—	
1 ano depois	616	3.826	2.487	2.653	3.450	3.037	15.502	3.785	94.481	—	—	
2 anos depois	2.262	4.923	4.394	6.600	5.139	6.339	11.019	108.573	—	—	—	
3 anos depois	3.948	8.669	6.726	10.439	9.574	9.835	118.730	—	—	—	—	
4 anos depois	5.180	9.867	10.740	14.228	12.728	93.263	—	—	—	—	—	
5 anos depois	7.193	10.687	13.924	19.454	102.094	—	—	—	—	—	—	
6 anos depois	7.732	13.573	16.426	111.116	—	—	—	—	—	—	—	
7 anos depois	9.371	15.112	72.402	—	—	—	—	—	—	—	—	
8 anos depois	10.977	64.743	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
9 anos depois	48.594	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Estimativa corrente	48.594	64.743	72.402	111.116	102.094	93.263	118.730	108.573	94.481	63.869	877.865	
Pagamentos acumulados até a data-base	12.015	16.689	18.992	23.368	17.109	14.446	15.431	6.741	3.789	469	129.049	
Passivo reconhecido no balanço	36.579	48.055	53.410	87.749	84.984	78.817	103.299	101.832	90.692	63.400	748.816	
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	215.211	
Total do passivo incluso no balanço	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	964.027	

(I) Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

14. Discriminação das provisões de sinistros judiciais		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	824.939	753.785
Total pago no período	(36.640)	(31.299)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	46.560	44.538
Quantidade de ações pagas no período	504	561
Novas constituições no período	109.876	128.598
Novas constituições referentes a citações do exercício-base	99.232	103.863
Novas constituições referentes a citações do exercício N-1	5.423	20.010
Novas constituições referentes a citações do exercício N-2	1.256	530
Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores	3.965	4.195
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	1.701	1.766
Baixa da provisão por êxito	(28.302)	(7.520)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	61.067	(158.636)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	64.445	140.011
Saldo final do período	995.385	824.939
Total de sinistros judiciais	995.385	824.939

15. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar		
15.1. Obrigações a pagar		
A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	7.741	6.025
Dividendos (I)	—	196.448
Honorários e remunerações a pagar	49.225	47.870
Obrigações a pagar - Youse Tecnologia e Assit.	7.173	324
Aluguéis a pagar	1.956	1.678
Outras Obrigações a pagar	6.172	1.838
Total	72.267	254.183

(I) Os dividendos propostos de 2022, foram pagos antecipadamente em 28.10.2022, após aprovação na AGE de 26.10.2022.

15.2. Impostos e contribuições

São representados substancialmente pelo IRPJ e pela CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 339.416 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 306.800).

15.3. Outras contas a pagar		
A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros operacional	18.775	21.043
Serviços de terceiros administrativo	107.282	135.123
Outras obrigações a pagar	5.533	6.698
Total	131.590	162.864

16. Débitos diversos		
A composição dos débitos diversos, é a seguinte:		
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento	116.576	116.157
Outros débitos	614	—
Total	117.190	116.157

16.1. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

		31/12/2022	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Apropriação de juros transcorridos	143.494	(27.337)	116.157
Constituições/reavaliações de contratos	—	8.713	8.713
Pagamentos	27.511	(6.770)	20.741
Saldos em 31 de dezembro de 2022	141.970	(25.394)	116.576
Circulante	28.450	(20.724)	20.724
Não circulante	113.520	(17.668)	95.852

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 7,22% a.a., e em 31 de dezembro de 2021 de 6,53% a.a..

17. Depósitos de terceiros							
A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:							
	31/12/2022				31/12/2021		
	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos
De 1 a 30 dias	—	1.575	7.246	8.821	—	33.753	34.701
De 31 a 60 dias	—	160	1.496	1.656	1.159	7	6.999
De 61 a 120 dias	—	26	—	26	3	49	10.141
De 121 a 180 dias	—	35	3.243	3.278	—	94	578
De 181 a 365 dias	221	6.322	13.105	19.648	1.872	72.962	73.194
Acima de 365 dias	487	57.314	18.616	76.417	236	22.952	38.306
Total	708	65.432	43.706	109.846	2.287	75.040	89.353

18. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais				
A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:				
	31/12/2022		31/12/2021	
Contingências cíveis	65.999	55.781	467.815	625.342
Contingências trabalhistas	19.178	17.923	23.326	21.760
Contingências fiscais	855	857	—	—
Obrigações legais - fiscal	1.360.910	1.360.910	2.476.682	2.411.593
Outras Obrigações	—	—	796	796
Total	1.446.942	1.435.477	2.967.823	3.059.491

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 995.385 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 824.939).

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentis; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio. Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.250 (2021 - 7.370) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glossado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 280.985 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 422.534). A redução observada no saldo total ocorreu em função da decisão da Suprema Corte do STF do Brasil proferida no final de 2022 que definiu que uma quantidade expressiva de causas judiciais desta carteira deveria ser transferida da esfera de tramitação jurídica estadual para a Federal. Com esta alteração aplicada na metodologia de provisionamento, muitos processos ativos tiveram sua probabilidade de perda reduzida e o saldo de provisão revertido.

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de: (i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 385.514; (ii) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 385.514; (iii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso - Em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 153.311 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 148.517); (iv) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 1.051.124; (v) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é Provável. Em decorrência de outras ações da mesma natureza que tiveram julgamento desfavorável da ADI nº 4.101 e não tendo mais argumentos para recorrer, a administração optou por desistir do processo da Caixa Seguradora referente ao período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.359.833 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.360.310). Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa, os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos: (i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 385.514; (ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso - Em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 153.311 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 148.517); (iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 1.051.124; (iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os débitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é Possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando aplicação da modulação do STF na ação da empresa - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 4.123.

18.1. Segregação em função da probabilidade de perda					
	Remota	Possível	Provável	31/12/2022	Total
Cíveis	216.613	100.413	467.815	784.841	784.841
Trabalhistas	6.261	77.858	23.326	107.445	107.445
Natureza fiscal - Obrigações legais	—	—	2.476.682	2.476.682	2.476.682
Natureza fiscal - Contingências	—	26.250	—	26.250	26.250
Total	222.874	204.521	2.967.823	3.395.218	3.395.218
	Remota	Possível	Provável	31/12/2021	Total
Cíveis	197.410	107.124	625.342	929.876	929.876
Trabalhistas	287	20.032	21.760	42.079	42.079
Natureza fiscal - Obrigações legais	—	1.051.283	1.360.310	2.411.593	2.411.593
Natureza fiscal - Contingências	—	27.844	—	27.844	27.844
Outras Obrigações	—	—	796	796	796
Total	197.697	1.206.283	2.008.208	3.412.188	3.412.188

18.1. Segregação em função da probabilidade de perda

						31/12/2022		
					Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis					216.613	100.413	467.815	784.841
Trabalhistas					6.261	77.858	23.326	107.445
Natureza fiscal - Obrigações legais					—	—	2.476.682	2.476.682
Natureza fiscal - Contingências					—	26.250	—	26.250
					<u>222.874</u>	<u>204.521</u>	<u>2.967.823</u>	<u>3.395.218</u>
								31/12/2021
					Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis					197.410	107.124	625.342	929.876
Trabalhistas					287	20.032	21.760	42.079
Natureza fiscal - Obrigações legais					—	1.051.283	1.360.310	2.411.593
Natureza fiscal - Contingências					—	27.844	—	27.844
Outras Obrigações					—	—	796	796
Total					<u>197.697</u>	<u>1.206.283</u>	<u>2.008.208</u>	<u>3.412.188</u>
18.2. Movimentação das ações judiciais								
	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e Juros		Saldo 31/12/2022	
Contingências cíveis	625.342	29.938	(201.309)	(1.056)	14.900		467.815	
Contingências trabalhistas	21.760	1.131	(1.072)	(1.030)	2.537		23.326	
Obrigações legais - fiscais	2.411.593	—	(477)	—	65.566		2.476.682	
Outras Obrigações	796	—	(796)	—	—		—	
Total	<u>3.059.491</u>	<u>31.069</u>	<u>(203.654)</u>	<u>(2.086)</u>	<u>83.003</u>		<u>2.967.823</u>	

19. Débitos de operações com seguros e resseguros		
19.1. Prêmios a restituir		
Referê-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 414.170 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 412.222).		
19.2. Operações com resseguradoras		
A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios cedidos	70.949	72.324
Comissões a recuperar	(34.899)	(35.748)
Ressarcimento com resseguradoras	12.476	30.941
Total	48.526	67.517
19.3. Outros débitos operacionais		
A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Atualizações - Restituições (I)	96.704	42.526
Ressarcimentos	2.892	3.482
Outros débitos	1.686	5.208
Total	101.282	51.216

(I) O Aumento foi em decorrência da revisão do cálculo da atualização monetária que passou a ser realizada pela TR e SELIC.

20. Patrimônio líquido		
20.1. Capital social		
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.081.350 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.081.350), e está representado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 por 8.465.054 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.		
20.2. Gestão de capital		
O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.		
20.3. Reservas de lucros		
a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, sendo constituída no final de cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 144.813 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 102.409).		
b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio, a cada final de exercício. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.369.676 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.283.906).		

20.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	848.069	827.151
(-) Reserva Legal	(42.403)	(41.357)
Base de cálculo de dividendos	805.666	785.794
Dividendo mínimo - 25%	201.417	196.448
Dividendos antecipados intermediários	341.399	—
Juros sobre o capital próprio bruto	—	96.000
IR retido de juros sobre o capital próprio pagos	—	(14.400)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	—	81.600
Dividendos propostos	—	114.849
Dividendos	341.399	196.449

A proposta da Administração para distribuição dos dividendos sobre o lucro do exercício é de R\$ 563.966, que equivale a 70% do lucro líquido ajustado, sendo que, deverá ser abatido o valor de R\$ 341.399, já registrado e distribuído em outubro de 2022, a título de dividendos intercalares.

21. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital		
Em atendimento à Resolução CNSP 448/2022 as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).		
A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:		
Patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
	<u>2.521.437</u>	<u>2.342.159</u>
(+) Ajustes contábeis	<u>(970.464)</u>	<u>(1.049.689)</u>
(-) Despesas antecipadas	(10.533)	(12.418)
(-) Créditos tributários de dif. temporárias	(810.233)	(869.533)
(-) Ativos Intangíveis	(129.659)	(137.275)
(-) Obras de arte	(224)	(221)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(19.815)	(30.242)
(-) PLA Nível 3 – (C)	<u>93.630</u>	<u>100.790</u>
PLA Nível 1 - (A)	<u>1.457.343</u>	<u>1.191.680</u>
(+) Valor do ajuste = maior (0, menor (60% do item 2.3.1, Limite def. no item 2.3.5))	(1.207)	-
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.4.17, Limite def. item 2.4.19) (*)	200.052	206.866
PLA Nível 2 - (B)	<u>201.259</u>	<u>206.866</u>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	93.630	100.790
PLA Nível 3 - (C)	<u>93.630</u>	<u>100.790</u>
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	<u>1.752.232</u>	<u>1.499.336</u>
Capital-base	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	180.872	177.466
Capital de risco de subscrição	476.814	520.589
Capital de risco de mercado	66.912	83.996
Capital de risco de operação	13.634	15.223
Benefício da correção entre risco	(114.033)	(125.342)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	<u>624.199</u>	<u>671.932</u>
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	<u>1.128.033</u>	<u>827.404</u>
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) / (E))	181%	123%
(*) Ajuste refere-se ao acréscimo do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC - líquidas dos custos de aquisição diferidos e decorrentes de prêmios/contribuições registradas - considerando as operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.		

→★ continuação

A Companhia é copatrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previsinvest). O Previsinvest é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do plano, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário-base do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 13.935 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 14.250).

27. Comitê da auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/2021, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

28. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se deconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo temeteu decisão a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado. Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Marcos Centin Dornelles Presidente	Asma Zidani Ep Baccar	Rubens Bordinhão de Camargo Junior	André Nunes
--	------------------------------	---	--------------------

José Marcolino Lincoln Membro do Conselho Fiscal	Sergio Ruffoni Guedes Membro do Conselho Fiscal	Gryecos Attom Valente Loureiro Membro do Conselho Fiscal
--	---	--

Atuário

Andrés Marco Botalla
Atuário MIBA n° 3663

“Concluiu o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2022 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. (‘‘Companhia’’), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.”

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado, e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos. Principais Atividades O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuação. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia. No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis. O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, das seguintes empresas do Grupo: CNP Seguros Holding Brasil S.A., Caixa Seguradora S.A. e Youse Seguradora S.A.	Conclusões: Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê: • Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP nº 432/21; • Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência; • Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos; • Avaliou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos; • Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep e pelo Banco Central do Brasil-BCB, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas do Grupo. Brasília, 23 de fevereiro de 2023. Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria João Decio Ames Rogério Vergara
--	--

Administradores e Acionistas da Caixa Seguradora S.A. Brasília - DF		para o exercício auditado, em seis aspectos mais relevantes. Brasília, 24 de fevereiro de 2023																																																																			
Escopo da Auditoria Atuarial Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.		Joel Garcia Atuário MIBA 1131 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48 CNPJ: 02.668.801/0001-55 R. Verbo Divino, nº 1400 04719-002 São Paulo - SP - Brasil																																																																			
Responsabilidade da Administração A Administração da Caixa Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.		Anexo I - Caixa Seguradora S.A. (Em milhares de Reais)																																																																			
Responsabilidade dos atuários independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.		<table> <tr> <td>1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores</td><td>31/12/2022</td></tr> <tr> <td>Total de provisões técnicas auditadas</td><td>2.315.969</td></tr> <tr> <td>Total de ativos de resseguro</td><td>58.270</td></tr> <tr> <td>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</td><td>7.878</td></tr> <tr> <td>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</td><td>31/12/2022</td></tr> <tr> <td>Provisões Técnicas auditadas (a)</td><td>2.315.969</td></tr> <tr> <td>Valores redutores auditados (b)</td><td>580.644</td></tr> <tr> <td>Total a ser coberto (a-b)</td><td>1.735.325</td></tr> <tr> <td>3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido</td><td>31/12/2022</td></tr> <tr> <td>Capital Base (a)</td><td>15.000</td></tr> <tr> <td>Capital de Risco (CR) (b)</td><td>624.199</td></tr> <tr> <td>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</td><td>624.199</td></tr> <tr> <td>4. Demonstrativo da Solvência</td><td>31/12/2022</td></tr> <tr> <td>Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)</td><td>1.752.232</td></tr> <tr> <td>Ajustes Econômicos do PLA</td><td>201.259</td></tr> <tr> <td>Exigência de Capital (CMR) (b)</td><td>624.199</td></tr> <tr> <td>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</td><td>1.128.033</td></tr> <tr> <td>Ativos Garantidores (d)</td><td>3.951.116</td></tr> <tr> <td>Total a ser Coberto (e)</td><td>1.735.325</td></tr> <tr> <td>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)</td><td>2.215.791</td></tr> <tr> <td>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</td><td>31/12/2022</td></tr> <tr> <td>112</td><td>50</td></tr> <tr> <td>1601</td><td>1.100</td></tr> <tr> <td>0115, 0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597</td><td>1.450</td></tr> <tr> <td>0310</td><td>2.500</td></tr> <tr> <td>0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391</td><td>3.000</td></tr> <tr> <td>0745</td><td>4.500</td></tr> <tr> <td>0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535</td><td>5.750</td></tr> <tr> <td>0775, 0776</td><td>8.550</td></tr> <tr> <td>0748, 0860</td><td>10.000</td></tr> <tr> <td>111</td><td>11.000</td></tr> <tr> <td>0196, 1061</td><td>15.000</td></tr> <tr> <td>977</td><td>20.000</td></tr> </table>		1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2022	Total de provisões técnicas auditadas	2.315.969	Total de ativos de resseguro	58.270	Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	7.878	2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022	Provisões Técnicas auditadas (a)	2.315.969	Valores redutores auditados (b)	580.644	Total a ser coberto (a-b)	1.735.325	3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2022	Capital Base (a)	15.000	Capital de Risco (CR) (b)	624.199	Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	624.199	4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022	Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.752.232	Ajustes Econômicos do PLA	201.259	Exigência de Capital (CMR) (b)	624.199	Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	1.128.033	Ativos Garantidores (d)	3.951.116	Total a ser Coberto (e)	1.735.325	Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	2.215.791	5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022	112	50	1601	1.100	0115, 0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597	1.450	0310	2.500	0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000	0745	4.500	0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535	5.750	0775, 0776	8.550	0748, 0860	10.000	111	11.000	0196, 1061	15.000	977	20.000
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2022																																																																				
Total de provisões técnicas auditadas	2.315.969																																																																				
Total de ativos de resseguro	58.270																																																																				
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	7.878																																																																				
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022																																																																				
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.315.969																																																																				
Valores redutores auditados (b)	580.644																																																																				
Total a ser coberto (a-b)	1.735.325																																																																				
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2022																																																																				
Capital Base (a)	15.000																																																																				
Capital de Risco (CR) (b)	624.199																																																																				
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	624.199																																																																				
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022																																																																				
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.752.232																																																																				
Ajustes Econômicos do PLA	201.259																																																																				
Exigência de Capital (CMR) (b)	624.199																																																																				
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	1.128.033																																																																				
Ativos Garantidores (d)	3.951.116																																																																				
Total a ser Coberto (e)	1.735.325																																																																				
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	2.215.791																																																																				
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022																																																																				
112	50																																																																				
1601	1.100																																																																				
0115, 0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597	1.450																																																																				
0310	2.500																																																																				
0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000																																																																				
0745	4.500																																																																				
0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535	5.750																																																																				
0775, 0776	8.550																																																																				
0748, 0860	10.000																																																																				
111	11.000																																																																				
0196, 1061	15.000																																																																				
977	20.000																																																																				

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH

- **Principal assunto de auditoria**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.2. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da condenação nos processos judiciais. A mensuração da redução ao valor recuperável dos referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em consideração a expectativa de perda com base na experiência de perdas financeiras nestes processos. Consideramos a avaliação das premissas e metodologia adotadas pela administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, como principal assunto de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e do julgamento envolvido na determinação do saldo da referida provisão.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à identificação e registro dos créditos a receber do FCVS relativo ao seguro habitacional do SFH, bem como o processo de mensuração da respectiva redução ao valor recuperável; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na mensuração da redução ao valor recuperável dos créditos a receber do FCVS, tais como índice histórico de glosa e de recuperabilidade das ações de cobrança; (iii) recálculo da referida provisão com base no método e premissas adotadas pela Administração; (iv) inspeção, com base em amostragem, dos documentos suportes das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da precisão dos dados utilizados para cálculo da redução ao valor recuperável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões técnicas de seguros (PSL, PDR e IBNR) e teste de adequação de passivos

- **Principal assunto de auditoria**

A Seguradora mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 conforme notas explicativas nºs 2.9 e 10. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de seguros, tais como provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Seguradora utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem a expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas-chave relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos, (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e PDR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PDR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente cobertos; (iii) testes de dados e de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, que contém as informações necessárias para a mensuração das provisões técnicas, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de aviso e ocorrência, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e - (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e avaliamos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que não devemos comentar em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC ZSP-014428/O-6-F-MF

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-6

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,	financeiro dos recursos aplicados.	Considerações Finais e Agradecimentos
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.	Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2022, totalizaram o valor de R\$ 53.104,0 mil, superando em 8,3% o valor alcançado no final do ano anterior e seu patrimônio líquido alcançou o valor de R\$ 51.204,0 mil.	A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.
A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 2.577,0 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 5,2%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período.	Brasília, 24 de fevereiro de 2023
		A Administração

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021		NOTA	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		31.151	49.256	CIRCULANTE		2.236	911
Disponível		19	168	Contas a pagar		2.236	911
Caixa e bancos		19	168	Obrigações a pagar	7.1	615	258
Aplicações	5	31.034	49.045	Impostos e encargos sociais a recolher		52	44
Títulos e créditos a receber	6	98	–	Encargos trabalhistas		84	64
Títulos e créditos a receber	6.1	82	–	Impostos e contribuições	7.2	1.437	448
Outros créditos		16	–	Outras contas a pagar		48	97
Despesas antecipadas		–	43			114	–
ATIVO NÃO CIRCULANTE		22.403	422	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		114	–
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		22.392	405	Contas a pagar		114	–
Aplicações	5	22.070	–	Tributos diferidos	7.3	114	–
Títulos e créditos a receber	6	322	405	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	51.204	48.767
Créditos tributários e previdenciários	6.2	322	405	Capital social	8.1	40.000	40.000
Imobilizado		4	4	Reservas de lucros	8.2	11.033	8.889
Bens móveis		4	4	Ajuste de avaliação patrimonial		171	(122)
Intangível		7	13				
Outros intangíveis		7	13				
TOTAL DO ATIVO		53.554	49.678	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.554	49.678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Discriminação					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.000	8.032	686	–	48.718
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2021	–	284	–	–	284
Títulos e valores mobiliários	–	–	(807)	–	(807)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	752	752
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	38	–	(38)	–
Reserva de lucros	–	536	–	(536)	–
Dividendos	–	–	–	(179)	(179)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.000	8.889	(122)	–	48.767
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2022	–	179	–	–	179
Títulos e valores mobiliários	–	–	293	–	293
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.577	2.577
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	129	–	(129)	–
Reserva de lucros	–	1.836	–	(1.836)	–
Dividendos	–	–	–	(612)	(612)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.000	11.033	171	–	51.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto operacional A Youse Seguradora S.A. "Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, mas as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.	instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
2. Resumo das principais políticas contábeis As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de fevereiro 2023. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.3. Caixa e bancos A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo. 2.4. Ativos financeiros 2.4.1. Classificação e reconhecimento A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento A Companhia não possui títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas. 2.4.2. Mensuração O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir: a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. 2.5. Impairment 2.5.1. Impairment de ativos financeiros a. Ativos mensurados ao custo amortizado A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de <i>impairment</i> são incorridos somente se há evidência objetiva de <i>impairment</i> como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por <i>impairment</i> incluem: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais. b. Ativos classificados como disponível para venda A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de	Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de <i>default</i> do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.
2.5.2. Impairment de ativos não financeiros Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com <i>software</i>, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. 2.6. Imobilizado e intangível O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática - 2% a.a. O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia é de 5% a.a. 2.7. Ativos e passivos circulante e não circulante Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. 2.8. Apuração do resultado O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (<i>imparidade</i>) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. 2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período. A contribuição social sobre o lucro ajustado do período de agosto de 2022 a dezembro de 2022 foi calculada com alíquota majorada, com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.446, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2022 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. 2.10. Normas e interpretações ainda não adotadas As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir: IFRS 9 Instrumentos Financeiros - CPC 48 - Instrumentos Financeiros Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de <i>hedge</i>. Para empresas não reguladas pela SUSEP, o CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, e será adotado pela Companhia quando a SUSEP aprovar este pronunciamento. A Companhia já iniciou os estudos de classificação, mensuração e cálculo de perda esperada de seus ativos financeiros. Os estudos incluem a definição dos modelos de negócios, teste de SPPI (sigla em inglês para somente pagamento de principal e juros) e cálculo do ECL (sigla em inglês para expectativa de perda esperada). A companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local. IFRS 17 - Contratos de seguro Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.	
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que	

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Despesas administrativas	11	(661)	(1.222)
Despesas com tributos	11	(219)	(191)
Resultado financeiro	11	5.262	2.799
Resultado operacional		4.382	1.386
Resultado antes dos impostos e participações		4.382	1.386
Imposto de renda	12	(1.061)	(310)
Contribuição social	12	(672)	(245)
Participações sobre o resultado		(72)	(79)
Lucro líquido		2.577	752
Quantidade de ações		40.000.000	40.000.000
Lucro líquido por ação em R\$		0,0644	0,0188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.577	752
Outros resultados abrangentes	293	(807)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	293	(807)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	488	(1.345)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(195)	538
Total dos resultados abrangentes para o exercício	2.870	(55)
Quantidade de ações	40.000.000	40.000.000
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação em R\$	0,0718	(0,0014)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	2.577	752
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	7	9
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(3.766)	(1.388)
Créditos fiscais e previdenciários	(29)	1.071
Ativo fiscal diferido	112	(113)
Despesas antecipadas	43	–
Outros ativos	(127)	(19)
Impostos e contribuições	1.824	86
Outras contas a pagar	(126)	84
Outros passivos	20	47
Caixa gerado pelas operações	535	529
Juros pagos	–	3
Juros recebidos	29	19
Imposto sobre o lucro pagos	(713)	(772)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(149)	(227)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(149)	(227)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	168	395
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19	168

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2022			31/12/2021		
Composição dos ativos	BB-	Sem Rating	Total	BB-	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	–	14.927	14.927	–	34.817	34.817
Fundos de investimentos não exclusivo		14.927	14.927		34.817	34.817
Disponíveis para venda	38.177	–	38.177	14.228	–	14.228
Letras do tesouro nacional	22.070	–	22.070	14.228	–	14.228
Notas do tesouro nacional	16.107	–	16.107	–	–	–
Exposição máxima ao risco de crédito	38.177	14.927	53.104	14.228	34.817	49.045

4.2. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para garantir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à me-

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa. No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias “valor justo por meio do resultado” ou “disponível para venda”, reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		
	Valor do	Custo	Valor de	Custo	Venci-	Até 01 e 05	Perce-
Valor justo por meio do resultado	Mercado	Atualizado	Mercado	Atualizado	mento	Ótano	ntual
Fundos de investimento	14.927	14.928	34.817	34.817	14.927	—	— 28,11%
Subtotal	14.927	14.928	34.817	34.817	14.927	—	— 28,11%
Disponível para venda							
Letras do tesouro nacional	22.070	21.832	14.228	14.432	—	— 22.070	41,56%
Notas do tesouro nacional	16.107	16.059	—	—	— 16.107	—	— 30,33%
Subtotal	38.177	37.891	14.228	14.432	— 16.107	22.070	71,89%
Total	53.104	52.819	49.045	49.249	14.927	16.107	22.070 100,00%

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	49.045	48.465
Aplicações	92.557	49.299
Resgates	(94.297)	(50.238)
Rendimentos	5.310	2.864
Ajustes de títulos e valores mobiliários	489	(1.345)
Saldo final	53.104	49.045

5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 5.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

b. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2022	31/12/2021
Letras do Tesouro Nacional	Pré 14,63%	Pré 8,10%
Notas do tesouro nacional	IPCA 6,83%	—

6. Títulos e créditos a receber

6.1. Títulos e créditos a receber

São representados integralmente por valores a receber da Caixa Seguradora. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 82 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 0).

6.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

6.2.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários e passivo diferido

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contribuição social	Imposto de renda		Contribuição social	Imposto de renda	
	Não circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Não circulante	Total
A compensar	—	311	311	—	282	282
Adições temporárias	4	7	11	16	26	42
Tributos diferidos - TVM	—	—	—	30	51	81
Ativo diferido	4	319	322	46	359	405
Tributos diferidos - TVM	(43)	(71)	(114)	—	—	—
Passivo diferido	(43)	(71)	(114)	—	—	—
Total	(39)	247	208	46	359	405

6.2.2. Expectativa da efetiva realização

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2023	11	100%	(19)	17%	(8)	8%
2024	—	0%	(95)	83%	(95)	92%
Total	11	100%	(114)	100%	(103)	100%

6.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	31/12/2022	
	Contribuição Social	Imposto de Renda
Saldo inicial de Créditos Tributários	46	77
Outras provisões	(12)	(19)
Tributos diferidos - TVM	(73)	(122)
Saldo Atual dos Créditos Tributários	(39)	(64)
Efeito no resultado das constituições e realizações	12	19

7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

7.1. Obrigações a pagar

Os saldos são demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos	612	179
Participação nos lucros - bônus	—	79
Outras Obrigações a Pagar	3	—
Total	615	258

7.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.437 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 448).

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 40.000 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e está representado por 40.000.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

8.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

8.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 582 (31 de dezembro de 2021 era de R\$ 453).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 10.451 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 8.436).

8.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	2.577	752
(-) Reserva Legal	(129)	(37)
Base de cálculo de dividendos	2.448	715
Dividendo mínimo - 25%	612	179
Dividendos propostos	612	179
Dividendos provisionados	612	179

9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 448/2022, as Sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	51.204	48.767
(+)Ajustes contábeis	(7)	(55)
Despesas antecipadas	—	(43)
Ativos Intangíveis	(7)	(12)
(-) PLA Nível 3 - (C)	11	124
PLA Nível 1 - (A)	51.186	48.588
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	11	124
PLA Nível 3 - (C)	11	124
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	51.197	48.712
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	1.278	2.866
Capital de risco de mercado	3.322	7.458
Benefício da correção entre risco	(754)	(1.691)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	15.000	15.000
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	36.198	33.712
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	241%	225%

10. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Segurárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como “pessoal-chave” da administração e seus familiares, conforme

definições contidas no CPC 05.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa Seguradora S.A. (iii)	82	(3)	–	(1)
CNP Participações Segurárias Brasil Ltda. (i)	–	(612)	–	(179)
Caixa Econômica Federal (ii)	16	–	94	–
	31/12/2022		31/12/2021	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa

Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da

Administração

(i) Dividendos a pagar;

(ii) Disponibilidade financeira;

(iii) Reembolso de despesas classe de bônus seguro auto Youse;

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(234)	(910)
Serviços de terceiros	(280)	(216)
Localização	(23)	(28)
Publicações legais	(93)	(40)
Contribuições para entidade de classe	(31)	(28)
Total	(661)	(1.222)
Despesas com tributos		
Taxa de fiscalização	(218)	(191)
Outras despesas com tributos	(1)	—
Total	(219)	(191)
Receitas/despesas financeiras		
Resultado com títulos de renda fixa	2.516	1.484
Resultado com fundos de investimentos	2.794	1.380
Outras receitas financeiras	29	19
Outras despesas financeiras	(77)	(84)
Total	5.262	2.799

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	4.310	4.310	1.307	1.307
Base de cálculo	4.310	4.310	1.306	1.306
Taxa nominal do tributo	16%	25%	20%	25%
Tributos calculados a taxa nominal	(690)	(1.077)	(261)	(327)
Ajustes do lucro real	(46)	(46)	108	108
Ajustes temporários diferidos	72	77	(60)	(80)
Efeito do diferencial da alíquota	(136)	—	(131)	—
Total dos ajustes a base de cálculo	(110)	31	(83)	28
Tributos sobre os ajustes	18	(8)	16	(7)
Incentivos fiscais	—	24	—	24
Despesa contabilizada	(672)	(1.061)	(245)	(310)
Taxa efetiva	15,59%	24,62%	18,73%	23,69%

13. Comitê da auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

14. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Reperçussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha sido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Asma Zidani EP Baccar - Presidente			Maximiliano Alejandro Villanueva			Eduardo Fabiano Alves da Silva		
Diretoria Executiva			Contador			Atuário		
Marcos Centin Dornelles Diretor Presidente			Paulo Otávio Silva Camara Diretor de Riscos e Controles Internos			Roseli de Fatima Bernardi Theobald Contadora - CRC DF 014844/O-0		
Federico Javier Tapia Salazar Diretor Financeiro			Andrés Marco Botalla Atuário MIBA n° 3663					

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria - Coad é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado, e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuária. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coad e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo

os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, das seguintes empresas do Grupo: CNP Seguros Holding Brasil S.A., Caixa Seguradora S.A. e Youse Seguradora S.A.

Conclusões:

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;

- Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;
- Avaliou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos;
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e
- As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-Susep e pelo Banco Central do Brasil-BCB, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas do Grupo.

Brasília, 23 de fevereiro de 2023.

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria

João Decio Ames

Rogério Vergara

Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF
Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aplicações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4 e 5. Devido a relevância das aplicações financeiras e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras, consideramos as aplicações financeiras como o principal assunto de auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras; (ii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros, efetuamos o recálculo independente do valor justo das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos; (iii) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes e bancos; e (iv) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a